

Leonardo Dantas Costa

DELAÇÃO PREMIADA

**A ATUAÇÃO DO ESTADO E A
RELEVÂNCIA DA VOLUNTARIEDADE
DO COLABORADOR COM A JUSTIÇA**

Curitiba
Juruá Editora
2017

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-6705-0

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Costa, Leonardo Dantas

C837 Delação premiada: a atuação do Estado e a relevância
da voluntariedade do colaborador com a justiça / Leonardo
Dantas Costa - Curitiba: Juruá, 2017.
230 p.

1. Delação premiada (Processo penal). I. Título.

CDD 345.05(22.ed.)

CDU 343.292

0171

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Capítulo 1 ESTUDO DA COLABORAÇÃO PROCESSUAL NO DIREITO ESTRANGEIRO	25
1 A Colaboração Processual no Direito Italiano	26
1.1 Aspectos relevantes da legislação de emergência na Itália.....	26
1.2 Evolução legislativa da colaboração processual na Itália.....	28
1.3 Importância investigativa do <i>pentitismo</i> e a vontade do <i>pentito</i>	35
1.4 O <i>pentitismo</i> na operação mãos limpas (<i>operazione mani pulite</i>) e a vontade do <i>pentito</i>	38
1.5 Mudanças recentes na legislação italiana e aspectos de tutela da vontade do <i>pentito</i>	45
2 A Colaboração Processual no Direito Inglês e no Direito Norte-Americano.....	47
2.1 Peculiaridades do processo penal na <i>common law</i> : princípio da oportunidade e os acordos entre acusação e imputado.....	47
2.2 <i>Immunities</i>	52
2.3 A relação entre <i>immunities</i> e <i>privilege against self incrimination</i>	55
2.4 As <i>immunities</i> nos estados unidos da américa: <i>statutory immunity</i> e a obrigatoriedade da colaboração	56
2.5 As <i>immunities</i> na Inglaterra: a obrigatoriedade da colaboração em troca da garantia de não utilização do seu conteúdo para incriminação do colaborador.....	59
2.6 Considerações sobre o aspecto voluntário das colaborações com a justiça na <i>common law</i>	60
3 A Colaboração Processual no Direito Alemão	61
3.1 O combate ao crime organizado na Alemanha.....	61
3.2 Evolução legislativa em matéria de colaboração processual (na forma de delação premiada)	63

3.3	O art. 46b do Código Penal Alemão e a atual legislação sobre delação premiada	65
4	A Colaboração Processual no Direito Argentino	69
4.1	A legislação argentina sobre delação premiada	70
4.2	A disciplina da delação premiada na lei 23.737 (<i>ley de estupefacientes</i>).....	75

Capítulo 2	EVOLUÇÃO E ANÁLISE DA COLABORAÇÃO PROCESSUAL NO DIREITO BRASILEIRO – O CAMINHO ATÉ A COLABORAÇÃO PREMIADA NA LEI 12.850/2013.....	81
1	Premissas para o Estudo da Colaboração Premiada no Direito Brasileiro: A Nomenclatura Adotada e a Diferença de Institutos.....	81
2	Evolução da Colaboração Processual no Direito Brasileiro	83
2.1	A delação premiada no direito brasileiro	83
2.2	A rápida vigência da colaboração premiada na legislação brasileira, pela lei 10.409/2002.....	93
2.3	A delação premiada na prática judiciária brasileira – confusão de institutos, realização de acordos informais e a ausência de procedimento legal.....	95
2.4	A delação premiada no atual cenário jurídico brasileiro.....	99
3	Análise da Colaboração Premiada Prevista na Lei 12.850/2013	101
3.1	A procedimentalização da colaboração premiada	101
3.2	Natureza jurídica da colaboração premiada	104
3.2.1	Crítica à identificação da colaboração premiada como meio de obtenção de prova.....	104
3.2.2	Classificação da colaboração premiada como convenção (ou acordo) processual	107
3.2.3	Considerações sobre a estrutura do negócio jurídico, de maneira geral	110
3.3	Análise da colaboração premiada.....	111
3.3.1	Sujeitos estatais participantes da colaboração premiada	111
3.3.1.1	A observância da legalidade pelos sujeitos estatais do acordo de colaboração premiada	112
3.3.1.2	Autoridade policial	114
3.3.1.3	Ministério Público	118
3.3.1.4	A obrigação de condução transparente da colaboração premiada	122

3.3.2	Colaborador com a justiça.....	124
3.3.2.1	Direito de defesa: a imprescindibilidade da defesa técnica no acordo de colaboração premiada	126
3.3.2.2	O direito à informação como garantia essencial para a formação da livre vontade do colaborador	127
3.3.2.3	Os direitos de proteção da integridade do colaborador previstos na Lei 12.850/2013	130
3.3.2.4	As obrigações assumidas pelo colaborador com a Justiça: renúncia do direito ao silêncio e o compromisso legal de dizer a verdade	130
3.3.2.5	As obrigações assumidas pelo colaborador sobre o resultado da colaboração.....	132
4	Objeto da Colaboração Premiada.....	136
5	O Procedimento de Colaboração Premiada: das Negociações à Execução	141
5.1	Início das negociações do acordo de colaboração premiada.....	141
5.2	A formalização do acordo de colaboração premiada: tratativas iniciais e celebração do termo.....	144
5.3	Homologação do termo de colaboração premiada: análise dos requisitos de regularidade, legalidade e voluntariedade pelo juiz fiscal imparcial do acordo	147
5.4	Cumprimento do acordo	151

Capítulo 3	ANÁLISE DA VOLUNTARIEDADE DA COLABORAÇÃO PREMIADA	153
1	O Processo de Formação da Vontade.....	153
1.1	Desejos de segunda ordem como fatores determinantes para a identificação da vontade humana efetiva	153
1.2	A importância da informação para a formação da vontade (desejos de segunda ordem).....	157
2	Razões Justificadoras da Proteção à Vontade Livre do Colaborador com a Justiça	161
2.1	A voluntariedade da colaboração premiada como garantia da dignidade da pessoa humana	163
3	A Evolução da Tutela da Vontade na Colaboração Processual no Direito Brasileiro.....	165
3.1	Diferenças essenciais entre a espontaneidade e a voluntariedade do ato	167

4	Caracterização do Ato Voluntário.....	170
5	Estratégias da Atuação Estatal que Podem Violar a Voluntariedade do Acordo de Colaboração Premiada.....	172
6	Breves Considerações Sobre o Jogo Processual.....	178
6.1.	A teoria dos jogos aplicável à realidade da colaboração premiada.....	179
7	Consequências Jurídicas da Colaboração com Vício de Voluntariedade.....	183
7.1	Considerações acerca das nulidades processuais penais.....	183
7.2	Consequências jurídicas do vício que atinge a voluntariedade da colaboração premiada.....	186
7.3	Consequências da decretação de nulidade e destinação das provas oriundas de colaboração premiada com vício de voluntariedade.....	190
8	Propostas de Melhor Proteção da Voluntariedade da Colaboração Premiada.....	192
8.1	Propostas para a fase de negociações.....	192
8.2	Propostas especificamente ligadas à colaboração de indivíduos presos cautelarmente.....	195
8.3	Propostas para identificação das consequências jurídicas da colaboração premiada com vício de voluntariedade.....	197
8.4	Proposta de reforma da Lei 12.850/2013.....	198
Capítulo 4 CONCLUSÃO.....		201
REFERÊNCIAS.....		207
ÍNDICE ALFABÉTICO.....		215